

## HISTÓRIA DAS LEDOCs NO BRASIL: UM RESUMO CRONOLÓGICO

- A década de **1970** no Brasil foi marcada pelas “lutas e resistências coletivas, em busca do resgate de direitos da cidadania cassada e contra o autoritarismo vigente” (GOHN, 2001:53-54). É um período de organização dos movimentos sociais, bem como da luta pela democracia. No campo educacional, sobressaem as iniciativas de educação popular através da educação política, da alfabetização de jovens e adultos, da formação de lideranças sindicais, comunitárias e populares. Por parte de alguns setores de algumas igrejas, houve um comprometimento com os movimentos sociais e com as lutas e organizações dos trabalhadores tanto no meio urbano, quanto rural. É nessa década, por exemplo, que surge a **Comissão Pastoral da Terra (CPT)**, organização da **Igreja Católica**, mas com participação de outras igrejas, em defesa dos posseiros, na luta pela reforma agrária e pela permanência na terra. Neste período surgiram as **Escolas Famílias Agrícolas (EFAs) no Estado do Espírito Santo**, trabalhando com a **Pedagogia da Alternância**, no Ensino Fundamental. Apesar de terem surgido no final dos anos 60, na década de 1970 vão se expandindo e, mais especificamente, em **1976**, inicia-se a primeira experiência de **Escola Família Agrícola de Ensino Médio (EFAs de EM)**. Já as práticas alternativas levam à criação do Setor de Educação do **MST**, em **1987**, sendo “responsável pela articulação e coordenação nacional tanto das lutas como das formulações político-pedagógicas, que aos poucos vão constituindo uma proposta de educação para as áreas de reforma agrária [...]” (CALDART e KOLLING, 1997, p. 224).

- **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN, Lei 9.394/96):**

Esta LDB, em seu artigo 28, estabelece as seguintes normas para educação no meio rural:

Na oferta da educação básica para a população rural, os sistemas de ensino proverão as adaptações necessárias à sua adequação, às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

I. conteúdos curriculares e metodologia apropriada às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;

II. organização escolar própria, incluindo a adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;

III. adequação à natureza do trabalho na zona rural. (BRASIL, 1996).

- No final dos anos 90, presenciamos a criação de diversos espaços públicos de debate sobre a educação do campo, como por exemplo: o **I Encontro Nacional de Educadores e Educadoras da Reforma Agrária (ENERA)**, em **1997**, organizado pelo **MST** e com apoio da Universidade de Brasília (UnB), entre outras entidades. Neste evento foi lançado um desafio: pensar a educação pública para os povos do campo, considerando seu contexto em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. Sua maneira de conceber o tempo, espaço, meio ambiente, produção, organização coletiva, questões familiares, trabalho, entre outros aspectos.

-Em **1998**, foi criada a **Articulação Nacional Por Uma Educação do Campo**, entidade supraorganizacional que passou a promover e gerir as ações conjuntas pela escolarização dos povos do campo, em nível nacional.

- Ainda em **1998** foi realizada a **I Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo**. Uma parceria entre o **MST**, **UnB**, **Unicef** (Fundo das Nações Unidas para a Infância), **Unesco**

(Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura) e **CNBB** (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Esta Conferência é considerada um marco para o reconhecimento do campo, enquanto espaço de vida e de sujeitos que reivindicam sua autonomia e emancipação. Na I CNEC se passa a utilizar oficialmente o termo “educação do campo” e não mais “educação rural”:

Utilizar-se-á a expressão *campo*, e não a mais usual, *meio rural*, com o objetivo de incluir no processo da conferência uma reflexão sobre o sentido atual do *trabalho camponês* e das lutas sociais e culturais dos grupos que ali vivem hoje [...] quando se discutir a educação do campo se estará tratando da educação que se volta ao conjunto dos trabalhadores e das trabalhadoras do campo, sejam os camponeses, incluindo os quilombolas, sejam as nações indígenas, sejam os diversos tipos de assalariados vinculados à vida e ao trabalho no meio rural (KOLLING, 1999, p. 26).

-Outro aspecto de tamanha relevância se dá em **16 de abril de 1998**, por meio da Portaria 10/98. Foi criado o **Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (Pronera)**, vinculado ao gabinete do **Ministério Extraordinário da Política Fundiária**. Em 2001, o Programa passa a fazer parte do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (**INCRA**), no Ministério do Desenvolvimento Agrário (**MDA**). O Pronera é a expressão do compromisso firmado entre o Governo Federal, as instituições de ensino, os movimentos sociais, sindicatos de trabalhadores/as rurais, governos estaduais e municipais, considerando a diversidade dos atores sociais envolvidos no processo de luta por terra e educação no país. (BRASIL, 2004). O Pronera surgiu a partir dos debates coletivos realizados no I ENERA.

- Em **2004** acontece a **II Conferência Nacional Por Uma Educação Básica do Campo** de onde o **PROCAMPO** é concebido.

- Em **2004** também é criada a **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad)**, no âmbito do Ministério da Educação. Nessa secretaria foi instituída a Coordenação Geral da Educação do Campo.

- O **Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (Procampo)** apóia a implementação de cursos regulares de licenciatura em educação do campo nas instituições públicas de ensino superior de todo o país, preocupado, especificamente, com a formação de educadores para a docência nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio nas escolas rurais. Foi criado em **2007**, através do **Ministério da Educação**, com a iniciativa da então Secretaria de Educação Continuada Alfabetização e Diversidade (Secad). Surge por meio de parcerias com as Instituições Públicas de Ensino Superior viabilizando a criação das Licenciaturas em Educação do Campo, a fim de promover a formação de professores da educação básica para lecionarem nas escolas localizadas em áreas rurais. O Programa foi implantado inicialmente na Universidade Federal de Minas Gerais (**UFMG**), Universidade Federal da Bahia (**UFBa**), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e na Universidade Federal de Brasília (**UnB**). O sentido do Procampo é promover licenciaturas que tenham como princípio formar educadores através das áreas do conhecimento e não apenas os saberes fragmentados, habilitados por disciplinas, como ocorre na maioria das instituições de ensino superior.

**A Licenciatura em Educação do Campo, objetiva** formar e habilitar profissionais para atuação nos anos finais do ensino fundamental e ensino médio, tendo como objeto de estudo e de práticas as escolas de educação básica do campo. Uma das inovações da Licenciatura em Educação do Campo refere-se à determinação de sua matriz curricular de desenvolver estratégias multidisciplinares de trabalho docente, organizando os componentes curriculares em quatro áreas do conhecimento: Linguagens (expressão oral e escrita em Língua Portuguesa, Artes, Literatura); Ciências Humanas e Sociais; Ciências da Natureza e Matemática; Ciências Agrárias. Outra novidade desta estratégia formativa refere-se à intrínseca articulação proposta para este perfil profissional: além da docência por área de conhecimento, quer-se habilitar este educador, simultaneamente, para a gestão de processos educativos escolares e para gestão de processos educativos comunitários.

**A proposta de alternância representava um desafio**, a formação no **tempo escola**, articulada com o **tempo comunidade**, assinala uma temporalidade ajustada com a espacialidade (Antunes – Rocha, 2010). Esta metodologia estabelece um currículo flexível para atender aos objetivos de que, em tempos e espaços alternados – Tempo Escola (TE) e Tempo Comunidade (TC) – os jovens do campo tenham condições de acesso à escolarização, conhecimentos científicos, valores produzidos em família, comunitários e os saberes da terra. Segundo Pinho (2008) ao alternar períodos na escola e na vivência de sua comunidade, o jovem constrói conhecimentos no diálogo entre o saber cotidiano, a prática, o trabalho passado de gerações a gerações e o saber escolarizado. Essa relação pode possibilitar a apropriação de saberes historicamente defendidos e o acesso às técnicas cientificamente comprovadas. Assim, a pedagogia da alternância pode contribuir com a formação dos jovens da seguinte maneira: desenvolvendo a reflexão crítica, a responsabilidade individual e coletiva e fortalecendo as famílias do campo na tentativa de envolver os sujeitos na busca de um mundo mais solidário, justo, humano e ético. (SILVA, 2008; BEGNAMI, 2013).

- O **Fórum Nacional de Educação do Campo (Fonec)**, criado em agosto de **2010**, é uma articulação dos sujeitos sociais que se pauta pelo princípio da autonomia em relação ao Estado configurado em qualquer uma de suas partes. Tem como objetivo “o exercício da análise crítica constante, severa e independente [...], a correspondente ação política com vistas à implantação, à consolidação e, mesmo à elaboração de proposições de políticas públicas [...] (FONEC, 2013b, p. 01).

- Outro importante programa de educação do campo no Brasil é o **Pronacampo - Programa Nacional de Educação do Campo**, vinculado ao Ministério da Educação. Previsto pelo Decreto nº 7.352 e instituído por meio da Portaria 86, de 1º de fevereiro de 2013. Foi lançado pela presidente Dilma Rousseff, em março de **2012**, com o propósito de oferecer apoio financeiro e técnico para a viabilização de políticas no campo. Oriundo da mobilização das organizações e movimentos sociais, esta política pública evidencia que a luta pela educação do campo e pela reforma agrária transcende à luta pela terra, uma vez que compreende a ocupação de outros espaços. O programa está estruturado sob **quatro eixos: Gestão e Práticas Pedagógicas; Formação de Professores; Educação de jovens e adultos, Educação Profissional e Tecnológica e Infraestrutura Física e Tecnológica.**

- A **LEdoC - FURG/SLS**, criada em **2014**. Com uma primeira entrada de **15 estudantes**, três destes são os primeiros formandos do curso, quatro anos após o ingresso, ao final de **2017**.

**Trechos extraídos de:**

O PROCESSO DE EDUCAÇÃO DO CAMPO: HISTORICIDADE, REFERÊNCIAS E MARCOS LEGAIS. **Cecília Maria Ghedini**. Revista Faz Ciência. Volume 16 – Número 23– Jan/Jun 2012 – pp. 113-141. < <http://e-revista.unioeste.br/index.php/fazciencia/article/view/10916>>

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL E A CONSTRUÇÃO DAS ESCOLAS DO CAMPO. **João Batista Pereira de Queiroz**. REVISTA NERA – ANO 14, Nº. 1 8 – JANEIRO/JUNHO DE 2011 – ISSN: 1806-6755. < <https://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/1347/0>>

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO DO CAMPO NO BRASIL: O protagonismo dos movimentos sociais **Ramofly Bicalho Santos**. Teias v. 18 • n. 51 • 2017 (Out./Dez.): Micropolítica, democracia e educação. DOI: 10.12957/teias.2017. 24758. <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistateias/article/download/24758/22819>>

**Fórum Nacional de Educação do Campo** - FONEC Notas para análise do momento atual da Educação do Campo Seminário Nacional – BSB, 15 a 17 de agosto 2012. < [https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/fonec\\_-\\_notasanlisemomentoatualeducampo\\_set.pdf](https://educanp.weebly.com/uploads/1/3/9/9/13997768/fonec_-_notasanlisemomentoatualeducampo_set.pdf)>